

INTRODUÇÃO

Visões sociais de mundo, ideologias e utopias no conhecimento científico-social

Trabalho de Campo I – Profa. Dra. Valeria de Marcos

Texto 1 – item 1.1 aula 1

LÖWY, M. Visões sociais de mundo, ideologias e utopias no conhecimento científico-social. In: As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. São Paulo: Busca Vida, 1991, p. 9-14

4 páginas

Quais são as condições para tornar possível a objetividade nas ciências sociais? O modelo científico-natural de objetividade é operacional para as ciências históricas? É concebível uma ciência da sociedade livre de julgamentos de valor e pressupostos político-sociais? É possível eliminar as ideologias do processo de conhecimento científico-social? Não é, a ciência social, necessariamente “engajada”, isto é, ligada ao ponto de vista de uma classe ou grupo social? E, neste caso, seria possível conciliar esse caráter partidário com o conhecimento objetivo da verdade?

Essas questões estão no centro do debate metodológico e epistemológico, no conjunto das ciências sociais modernas, de sua origem até os nossos dias. As tentativas de lhes apresentar uma resposta coerente ligam-se de uma maneira ou de outra a três grandes correntes de pensamento: o positivismo, o historicismo e o marxismo. O objeto deste livro é o exame dos dilemas, das contradições, dos limites, mas também das fecundas contribuições de cada uma destas perspectivas metodológicas para a construção de um modelo de objetividade próprio das ciências humanas e para uma sociologia crítica do conhecimento.

O complexo cipoal de questões envolvidas nessa busca é, muitas vezes, apresentado nos termos de uma oposição e/ou articulação entre dois universos distintos e heterogêneos: *ideologia e ciência*. Ora, existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de

"ideologia"; este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambigüidades, paradoxos, arbitrariedades, contra-sensos e equívocos. Para demonstrá-lo, basta um breve histórico:

1. Em sua origem, o termo foi (literalmente) inventado por Destut de Tracy, que vai publicar, em 1801, um tratado, *Éléments de idéologie*, apresentando esta nova "ciência das idéias" como uma parte da zoologia... Logo, inscreve-se em uma perspectiva metodológica de tipo empirista e científico-naturalista, isto é, positivista. Ora, alguns anos mais tarde, em polémica contra Destut de Tracy e seus amigos neo-enciclopedistas, Napoleão irá tratá-los por "ideólogos", termo que concebe como equivalente a metafísicos abstratos, fora da realidade. Este novo significado parece ter entrado no vocabulário corrente da primeira metade do século XIX, quando Karl Marx vai retomar, a seu modo, o termo.

2. Para Marx, a ideologia é uma forma de *falsa consciência*, correspondendo a interesses de classe: mais precisamente, ela designa o conjunto das idéias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas etc. Ora, para muitos marxistas do século XX, a começar por Lenin, a ideologia designa o *conjunto das concepções de mundo* ligadas às classes sociais, incluindo o *marxismo*. É com esta significação que o termo entrou na língua corrente dos militantes marxistas ("luta ideológica", "ideologia revolucionária", "formação ideológica" etc.).

3. Com a obra de Karl Mannheim, o sentido "leninista" do termo ganhou legitimidade na sociologia universitária através do conceito de "ideologia total", definida como a estrutura categorizada, a perspectiva global, o estilo do pensamento ligado a uma posição social (*Standortstverbundenheit*). Entretanto, no mesmo livro (*Ideologia e utopia*, 1929), Mannheim atribui uma outra significação, bem mais restrita, ao mesmo termo: *ideologia* designa, nesta acepção, os sistemas de representação que se orientam na direção da estabilização e da reprodução da ordem vigente — em oposição ao conceito de *utopia*, que define as representações, aspirações e imagens-de-desejo (*Wunschbilder*) que se orientam na direção da ruptura da ordem estabelecida e

que exercem uma *função subversiva* (*umwältzende Funktion*). Por outro lado, Mannheim reuniu ideologia (neste sentido) e utopia sob a categoria comum de formas da *falsa consciência*, isto é, de "representações que transcendem a realidade", em oposição às representações adequadas e compatíveis-com-o-social-real (*Seinskongruenter*), ou seja, formas "ideológicas" no sentido marxista do termo, que Mannheim havia criticado como sendo muito parcial e estrito...

Nota-se que a confusão e a ambivalência são quase completas, não apenas entre pensadores de diferentes correntes, mas no seio de uma só e mesma tradição teórica e no interior de uma só e mesma obra, considerada como um grande clássico de sociologia do conhecimento moderno. A mesma palavra é encontrada, não apenas com as mais diferentes significações, mas, algumas vezes, com significações diretamente *contraditórias*, sem uma única justificativa para estes habituais processos semânticos.

Não é surpreendente, nestas condições, que a porta esteja totalmente aberta ao arbitrário; vê-se, assim, aparecerem sociólogos que se arrogam o direito de dar *outra* definição, *ad libitum*, segundo seus próprios gostos ou inspiração. Por exemplo: "eu decido entender por ideologia os *estados de consciência ligados à ação política*. Isto é uma decisão arbitrária..."¹ Achasse, portanto, suprimida do domínio do ideológico a maioria dos sistemas filosóficos, metafísicos, religiosos e éticos (em sua dimensão não-política) que constituíam, exatamente, para Marx, as formas mais típicas da ideologia. Logo, pode-se "decidir" que a ideologia é uma coisa ou o seu contrário a seu bel-prazer...

Na tentativa de nos reencontrarmos neste magma semântico, parece-nos ser preciso tomar como ponto de partida a obra de Mannheim, que, apesar de suas contradições, constitui (depois de Marx) a tentativa mais séria de abordar de forma sistemática os problemas envolvidos pelo conceito de ideologia. A definição da ideologia (em oposição à utopia) como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida nos parece a mais apropriada porque ela conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem (Marx). Como sa-liente, com razão, Claude Lefort, na definição vaga e amorfa:

"O conceito não guarda vestígio da primeira aceção, de onde recebia sua força crítica: a ideologia é reconduzida às idéias 'defendidas' para assegurar o triunfo de uma classe..."² Quanto ao conceito, este é tomado aqui — como em Mannheim — no seu sentido mais amplo e mais "neuro", conforme a etimologia grega da palavra: *ou topos* (em parte alguma). O pensamento utópico é o que aspira a um estado não-existente das relações sociais, o que lhe dá, ao menos potencialmente, um caráter crítico, subversivo, ou mesmo explosivo. O sentido estreito e pejorativo do termo (utopia: sonho imaginário irrealizável) nos parece inoperante, uma vez que apenas o futuro permite que se saiba qual aspiração era ou não "irrealizável". Resta definir um conceito que possa classificar *ao mesmo tempo, as ideologias e as utopias*. Utilizar, como o faz Mannheim, o termo "ideologia total" para esta função conceitual só faz gerar confusão, na medida em que se vê atribuir à mesma palavra dois sentidos em nada idênticos. Quanto ao conceito de "falsa consciência", este nos parece inadequado porque as ideologias e as utopias contém, não apenas as orientações cognitivas, mas também um conjunto articulado de valores culturais, éticos e estéticos que não substituem categorias do falso e do verdadeiro.

Parece-nos que o melhor conceito para designar o que Mannheim chama de "a ideologia total", quer dizer, a perspectiva de conjunto, a estrutura categorial, o estilo de pensamento socialmente condicionado — que pode ser ideológico ou utópico —, é o de *visão social de mundo*. É permitido considerar arcaico, em desuso, "historicista", "humanista", maculado de idealismo hegeliano, de filosofia do sujeito ou de outras heresias maiores, o conceito de *Weltanschauung*. Em nossa opinião, ele constitui, em sua formulação "clássica", através do historicismo alemão (Dilthey), o instrumento conceitual mais apto a dar conta da riqueza e da amplitude do fenômeno sócio-cultural em questão. Contrariamente ao termo "ideologia total", este não contém nenhuma implicação pejorativa e nenhuma ambigüidade conceitual: o que ele designa não é, por si só, nem "verdadeiro" nem "falso", nem "idealista" nem "materialista" (mesmo sendo possível que tome uma ou outra destas formas), nem conservador nem revolucionário. Ele circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma

perspectiva determinada, por um certo ponto de vista socialmente condicionado.

Acrescentando o termo *social* — *visão social* de mundo —, queremos insistir em dois aspectos: a) trata-se da *visão de mundo social*, isto é, de um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmos ou a natureza enquanto tais); b) esta *visão de mundo* está ligada a certas *posições sociais* (*Standortgebundenheit*) — o termo é de Mannheim —, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais.

As visões de mundo podem ser ideologias (um exemplo clássico: o liberalismo burguês no século XIX) ou utopias (o quilismo de Thomas Münzer).³ Elas podem combinar elementos ideológicos e utópicos: por exemplo, a filosofia do Iluminismo. Além do mais, uma mesma *visão de mundo* pode ser concebida de modo ideológico ou utópico: basta comparar o romantismo de Adam Müller com o de Novalis. Enfim, a mesma *visão de mundo* pode ter um caráter utópico num dado momento histórico, para tornar-se, em seguida, numa etapa ulterior, uma ideologia (é o caso do positivismo e de certas formas do marxismo, como veremos mais adiante).

A questão que este livro examina é, portanto, a da relação entre visões sociais de mundo (ideológicas ou utópicas) e conhecimento, no domínio das ciências sociais, a partir de uma discussão crítica das principais tentativas de elaboração de um modelo de objetividade científica que surgiram no seio do positivismo, do historicismo e do marxismo. Tentaremos mostrar, apoiando-nos em uma certa tradição historicista e nas idéias fundamentais do marxismo (mais precisamente: da interpretação historicista do marxismo), ao mesmo tempo, que a objetividade nas ciências da sociedade não pode consistir no estreito molde do modelo científico-natural e que, ao contrário do que pretende o positivismo em suas múltiplas variantes, todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes *visões sociais de mundo*, a uma perspectiva global socialmente condicionada, isto é, o que Pierre Bourdieu denomina, numa expressão feliz, "as categorias de pensamento Impensadas que delimitam o pensável e pre-determinam o pensamento".³ E que, por conseguinte, a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma *par-*

sagem pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito; e que, finalmente, tanto mais verdadeira será a *Paisagem*, quanto mais elevado o *observatório* ou bevedere onde estará situado o pintor, permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social.⁴

A perspectiva deste ensaio é, pois, a de uma *introdução à sociologia do conhecimento*, isto é, ao estudo das relações entre classes ou categorias sociais e conhecimento científico da sociedade.

NOTAS

1. Jean Baechler, *Qu'est-ce que l'idéologie?* Idées Gallimard, 1976, p. 21 (sublinhado no original).
2. C. Lefort, *Les formes de l'histoire*, Gallimard, 1975, p. 283.
3. P. Bourdieu, *Leçon sur la leçon*, Minuit, Paris, p. 10.
4. Esta obra retoma, aprofunda e, às vezes, supera as idéias que esboçamos em um ensaio intitulado "Ponto de vista de classe e objetividade nas ciências sociais", publicado na revista *Critique de l'Economie Politique*, em 1970, e, em seguida, reeditado em nossa coletânea de artigos *Dialectique et Révolution*, Editions Anthropos, 1973.